

## UMA “KERMESSE ESSENCIALMENTE BRASILEIRA” NO LARGO NAZARÉ<sup>1</sup>

Vanda PANTOJA<sup>2</sup>

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UEPA  
vandapantoja@yahoo.com.br

**Resumo:** O texto analisa a origem da celebração a Nossa Senhora de Nazaré em Belém-PA, manifestação religiosa conhecida como Círio de Nazaré, partindo da introdução da esfera católica eclesial na região. Posteriormente, analisa as transformações pelas quais passou o espaço do Largo de Nazaré, por meio de relatos dos séculos XVIII, XIX e XX, além de dados coletados na primeira década do século XXI pela autora.

**Palavras-chaves:** *Catolicismo. Controle. Leigos. Festa.*

**Abstract:** *This article examines the origins of the feast of Our Lady of Nazareth in Belém, Pará state, a religious celebration more popularly known as the Círio de Nazaré. Beginning with an introduction to Catholic ecclesiastical influence in the devotion, the article subsequently analyzes the transformations in the festival as documented in texts from the 18<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, as well as data collected by the author from the first decade of the 21<sup>st</sup> century.*

**Keywords:** *Catholicism. Control. Layman. Festival.*

*Durante as primeiras décadas de nossa estada no Pará houve várias festas religiosas na cidade, as quais ocupam grande parte do tempo e dos momentos de seus habitantes... A mais importante de todas essas festas é a realizada em honra de Nossa Senhora de Nazaré, Círio que se trata de uma festa típica do Pará.*

*Henry Walter Bates*

### De manifestação leiga a culto oficial: a invenção do Círio

Desde a oficialização da devoção a Nossa Senhora de Nazaré no final do século XVIII, 1793, quando o evento passa a se chamar Círio de Nazaré, este tem apresentado dois aspectos fundamentais para o

<sup>1</sup> Este artigo compõe parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Nepólios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré”, defendida em junho de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, área de concentração em Antropologia, financiada pelo CNPq e orientada pelo antropólogo Raimundo Heraldo Maués.

<sup>2</sup> Mestre em Antropologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, UEPA.

entendimento dessa manifestação, aspectos estes que gostaríamos de ressaltar neste artigo: a parceria entre Estado e Igreja, em seu processo de realização, e a conformação de espaços ligados à celebração que evidenciam o que Maués (2005) chamou de “tensão constitutiva” do catolicismo. Analiso aqui o processo de “invenção” da celebração via Estado e Igreja e as relações estabelecidas no antigo Largo, atual arraial de Nazaré, como uma das possibilidades de abordagem dessa relação.

A apropriação da devoção pela Igreja Católica é um processo que vem se construindo ao longo da história. De manifestação de caráter marcadamente popular em sua origem, passando por um processo de apropriação pela Igreja que, em parceria com o Estado, oficializaram a celebração, até a atualidade, em que se implementa, a partir da Diretoria da Festa, ações como o projeto Patrocinador Oficial do Círio de Nazaré<sup>3</sup>. Pode-se dizer que a história do Círio não tem sido tecida apenas de crenças e milagres. Tem sido uma história, em plano mais geral, de disputa entre leigos e eclesiásticos pelo controle da celebração. Controle este implementado pela Igreja Católica, muitas vezes, em detrimento dos interesses dos praticantes do catolicismo popular.

Antes de continuarmos, desejo esclarecer as noções que orientam o que chamo de catolicismo popular e catolicismo oficial. Segundo Maués (1995, p. 171) catolicismo oficial e catolicismo popular são formas distintas, mas complementares, empregadas para denominar a prática e os discursos católicos dos especialistas e dos não especialistas no sagrado, respectivamente. Ainda segundo este autor, não deve se tratar de uma oposição absoluta entre ambas as práticas, visto que muitas vezes o povo pode professar um catolicismo que se apresenta mais de acordo com os preceitos do catolicismo oficial, característico dos especialistas no sagrado, assim como é possível que membros do clero partilhem das crenças populares<sup>4</sup>.

No início da devoção a Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, supõem-se que esta fosse organizada pelo próprio Plácido que, como

<sup>3</sup> Trata-se de um projeto implementado no ano de 2003 pela Diretoria de Festa que prevê parceria com empresas públicas e privadas na captação de recursos para realização da celebração, sobre o assunto consultar Pantoja (2006).

<sup>4</sup> A história do achado da imagem é um exemplo de como a igreja às vezes partilha das crenças “inventadas” pelo povo, pois mesmo tendo uma versão considerada histórica, porque “comprovada”, a Igreja nunca se opôs em acreditar junto com o povo de que a imagem sobre invocação de Nossa Senhora de Nazaré teria sido achada e, mais ainda, que teria poderes para se locomover sozinha, como se vê no imaginário popular que presta os poderes da Virgem.

muitas pessoas da época, por possuir uma imagem particular de um(a) determinado(a) santo(a) católico(a), para a qual prestava culto sem a necessária presença de sacerdotes católicos, era, possivelmente, reconhecido como um “dono de santo” (MAUÉS 1999, p. 175)<sup>5</sup>. O culto dedicado à pequena santa se realizava sem a presença de padres ou qualquer outra autoridade religiosa, mas sobretudo pela vontade popular, conforme se percebe no relato abaixo:

*[...] Plácido [...] venerava a Santa Virgem sob essa invocação dentro de sua humilde casa de palha em uma pequeno oratório enfeitado conforme elle sem uncios o podia enfeitar; alli em certo dia da semana se reunião alguns devotos de longiquas lugares a adorar a Santa Virgem, e lhe offereciam velas e dinheiro, e cantavão sua ladainha, fada da qual se retiravãem muito consolados e animados; nas suas afflições recorrião a Ella sempre com tanta confiança, que erão socorridos; e por tanto foi desde logo considerada milagrosa (ALMEIDA PINTO, 1906, p. 89-90).*

O primeiro registro do contato de uma autoridade religiosa com a celebração se refere aos anos entre 1721 e 1733, mais precisamente ainda na década de vinte do século XVIII, ocasião em que o primeiro bispo do Grão-Pará, D. Bartolomeu do Pillar, visitou o “pardo Plácido” e sua santa, e muito incentivou a devoção iniciada pelo mestiço (cf. ALMEIDA PINTO, 1906, p. 39; citado também em MAUÉS, 1999, 175 e ROQUE, 1981, p. 32-33). Esta visita seria, na opinião de Maués (1999), a primeira tentativa da Igreja Católica, de se apropriar da devoção e controlá-la o que, até então, supõe-se, acontecia sob o controle dos leigos, à revelia da Igreja Católica Oficial.

Outro contato entre uma autoridade religiosa e a devoção se daria no ano de 1772 com a visita do quinto bispo do Pará, D. João Evangelista, a Plácido, ocasião em que o religioso ouvira do mestiço a narrativa sobre

<sup>5</sup> A figura de dono(a) de santo ainda é muito comum no interior do Estado. Notadamente na Ilha do Marajó, recente pesquisa realizada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN demonstrou situações em que o dono do santo é uma figura muito importante, pois ele possui a única imagem de santo de toda comunidade e, não tendo capela, a casa do dono serve de santuário. Quando este tem, por algum motivo, que se mudar do lugar e precisa levar o santo, a comunidade fica sem padroeiro, ou simplesmente muda de santo. Sendo o escolhido ou escolhida, entre outros critérios, aquele santo ou santa que alguém possuía a imagem.

o achado da imagem e o aconselhou a procurar ajuda para edificar um altar para ele; prometeu, ainda, que no ano seguinte voltaria para levar a imagem da Santa à cidade, a fim de providenciar sua viagem até o Reino para que a ele fosse encarnada (pintada) (ROQUE, 1981, p. 33-35).

Assim, em 1773, o religioso voltou a casa de Plácido onde proferiu sermão no qual “colocava Belém sob o manto protetor da Virgem de Nazaré”, e ao regressar à cidade levou a imagem da santa, cumprindo sua promessa de enviá-la ao Reino (ROCQUE, 1981, p. 34). Almeida Pinto (1906, p. 89) informa o ano de 1773 como o marco da construção de uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, a qual, na presença do governador e de muitos outros devotos, teria sido abençoada pelo bispo de então, D. João Evangelista.

No ano de 1774, a imagem que havia sido enviada a Portugal um ano antes para ser encarnada chegou de volta a Belém e, em outubro do mesmo ano, D. João Evangelista convocou todas as irmandades e fiéis de sua diocese para acompanhar em procissão a entrega da imagem ao “nonagenário” Plácido, ocasião na qual foi feita uma doação de terras (cerca de 400 braças quadradas) a Nossa Senhora, e enviada solicitação ao Reino e ao Papa para que se realizasse uma procissão na Colônia, segundo o ritual litúrgico, em honra à Virgem de Nazaré (ROCQUE, 1981, p. 34). D. João Evangelista faleceu sem receber resposta a sua solicitação. Outro pedido semelhante foi enviado no ano de 1788 pelo bispo de então, D. Caetano Brandão, que recebeu autorização no ano de 1790 para realização da celebração. Por esta autorização estava instituído o Círio de Nossa Senhora de Nazaré como manifestação oficial da Igreja Católica na Colônia.

Três anos depois, em oito de setembro de 1793, realizou-se, à tarde, a primeira Procissão do Círio<sup>6</sup>, antecedida da trasladação da imagem da Santa, em procissão, pelo próprio governador Francisco de Souza Coutinho<sup>7</sup>, da ermida para a capela do Palácio do Governo no

<sup>6</sup> Segundo Roque (1981, 39), o trajeto do primeiro Círio teria sido o seguinte: a romaria saindo do Palácio do Governo “seguiu a margem do igarapé do Piri até a casa das Canoas (Ver-o-Peso), seguindo pela rua da praia (15 de Novembro) até o convento de Santo Antonio; dobrou pela estrada da Campina (avenida Presidente Vargas), Largo da Pólvora (Praça da República), e entrou na estrada do Maranhão (avenida Nazaré), até alcançar o arraial. Informações relevantes ao primeiro Círio também são encontradas em Vianna 1968, p. 236-237; e Roque, 1981, p. 39-40.

<sup>7</sup> Francisco de Souza Coutinho assumiu o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 15 de janeiro de 1790, ano em que foi recebida de Portugal a permissão para realização da devoção em cortejo público, nesta ocasião o bispado paraense encontrava-se em vacância. Foi o governador que tomou a iniciativa para realização do primeiro Círio, ficando conhecido, por isso, como o “criador do Círio” (ROCQUE, 1981, 38-40).

dia anterior<sup>8</sup>. Na primeira procissão do Círio, estavam presentes tanto autoridades civis, como o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, e vereadores da Câmara, quanto religiosas, representadas pelo vigário geral, Arcipreste José Monteiro de Noronha, que se encontrava no governo interino da diocese, já que o bispado paraense esteve vago do ano de 1790 até 1794<sup>9</sup>. Presentes no primeiro Círio estavam também a população civil, tanto da capital como do interior do Estado, além de cerca de “dois mil soldados” (MAUÉS, 1995, p. 440). A procissão da Trasladação e a Procissão do Círio eram as únicas celebrações realizadas nas origens do Círio, e o espaço de devoção era então restrito aos trajetos das duas procissões, e a às imediações da ermida que, segundo Vianna (1968), fora construída no lugar onde ficava a antiga casa de Plácido José de Souza.

*A habitação de Plácido ficava no lugar da primitiva ermida de Nazareth, sem que existissem, então, o largo, a estrada de São Jerônimo, as travessas que o cortam. A cidade começada a edificar do castelo para o Bagé chegava apenas com algumas casas para o largo da campina (VIANNA, 1968, p. 233).*

Supõe-se assim, que no início da devoção não havia outro lugar para a celebração que não fosse a casa do mestiço, o que autoriza, por outro lado, dizer que o espaço de devoção não extrapolava o ambiente doméstico. No entanto, um espaço limitado para celebração não implicava uma devoção menor, pois “à romaria religiosa faltavam apenas os desiludidos e os mortos; para quem não houvera clemência, e que, jamais contados, nada influíam sobre o culto sempre crescente da Virgem” (VIANNA, 1968, p. 233).

<sup>8</sup> Sobre a primeira Trasladação, Vianna (1968, 236-237) nos fornece as seguintes informações: “a imagem foi transportada na véspera d’quelle dia, á noite, da ermida para o palácio do governo. Pela escura estrada do Utinga, onde ainda não chegára a mortiga iluminação de azeite da cidade, escoou-se a multidão que cercava o carro da santa, até desembocar no largo da Campina, então sem as suas lâmpadas de arco-votaico, sem o seu bello theatro, sem os seus circos e restaurantes, e apenas com seu cemitério lugrube, onde jaziam, somente os cadáveres dos infelizes escravos e dos pobres flagellados pela varíola”.

<sup>9</sup> Em 1790 o sexto bispo do Pará D. Frei Cactano Brandão, por ordens de D. Maria I teve que deixar o Pará (ALMEIDA PINTO, 1906). O sétimo bispo do Pará, D. Manoel de Almeida Carvalho, assumiria em 1794, quando encontraria “as regras do Círio todas prontas” (MONTARROYOS, 1992, p. 21).

A primeira ermida, que substituiria a casa de Plácido como lugar de celebração, teria sua construção iniciada no ano de 1774, sob o comando de Antonio Agostinho, amigo do “dono” da santa e continuador do culto após a morte de Plácido que, junto a outros devotos, requereu permissão ao governador para abrir um largo quadrilátero que cercasse a igreja (VIANNA, 1968 p. 233-234).

Há, nesse caso, um desencontro de datas sobre a morte de Plácido, visto que conforme comenta Rocque (1981), no ano de 1774 quando a imagem voltou encarnada do Reino foi o próprio Plácido “nonagenário” que a recebeu das mãos do bispo, D. Frei João Evangelista. Para Vianna (1968), nessa data o culto se encontrava sob os cuidados de Antonio Agostinho, visto que Plácido já havia morrido. No entanto, a informação sobre a doação de terras para a santa no ano de 1774, relatada por Rocque, e mencionada anteriormente, corrobora com a afirmação de Vianna de que tenha sido neste ano que Antonio Agostinho teria criado o Largo, supõe-se, no espaço das terras doadas.

## 1 O Arraial de Nazaré

É nesse Largo que o responsável pela oficialização da celebração, o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, instituiu, às imediações da ermida de Nossa Senhora, uma feira de produtos “agrícolas e industriais” que tinha como propósito promover o comércio, por ocasião do Círio, entre Belém e o interior do Estado, por meio da vinda de produtores das localidades vizinhas a Belém.

*Este official portuguez [governador Francisco de Souza Coutinho] ordenou, em 3 de junho de 1793 que no dia 8 de setembro d'esse anno, se inaugurasse no Largo de Nazareth uma grande feira dos productos agricolas e industriais do Estado, a qual concorrerem livremente os agricultores, inclusive os indios [...]. Ordenava-se que, em fins de agosto, de cada anno, deviam actuar-se em Belém todas as canoas que tivessem subido ao commercio do sertão; [...] afim de virem á feira de Nazareth vender os seus productos e os dos outros que lhe dessem incumbencia de vende-los (VIANNA, 1968, p. 234-235).*

Pelas imagens da Belém Colonial, construídas a partir de relatos de alguns viajantes que passaram pela cidade, percebe-se que o espaço

de devoção no século XVIII restringia-se à ermida, ao pequeno espaço em volta dele, no qual acontecia a feira, e aos trajetos da Trasladação e da Procissão do Círio. A ermida e o Largo, ou “aldeia de Nazaré”, envoltos pela floresta, ligavam-se à cidade através da estrada de Nazaré, atual avenida Nazaré. Bates, de passagem por Belém, em 1848, descreve a “rocinha”<sup>10</sup>, na qual se hospedou, e nos fornece a seguinte paisagem.

*Pouco depois entramos na posse de nossa nova moradia. A casa era uma construção quadrada e se compunha de quatro cômodos de igual tamanho. O telhado se projetava para fora, à volta toda da casa, formando uma ampla varanda muito fresca onde se podia descansar ou trabalhar. As terras cultivadas, que pareciam recém-tomadas à floresta, apresentavam árvores frutíferas e pequena plantação de café e mandioca. O acesso à propriedade se fazia por um portão de ferro situado numa pequena praça relevada, ao redor da qual se agrupavam algumas casas e chonpanas cobertas de folhas de palmeira, as quais na época constituíam o povoado. O prédio mais importante do lugar era a capela de Nossa Senhora de Nazaré, situada defronte de nossa casa (BATES, 1979, p. 31).*

Bates enfatiza que no Pará do século XVIII havia várias festas religiosas, “as quais ocupavam grande parte do tempo e dos pensamentos de seus habitantes”, mas, “a mais importante de todas essas festas é a realizada em honra a Nossa Senhora de Nazaré. Creio que se trata de uma festa típica do Pará” (BATES, 1979, p. 45).

Da casa onde o naturalista se hospedou se vislumbrava o “Arraial de Nazaré”, onde, em 1855, sorvetes, gelo e refrigerantes podiam ser consumidos pelos seus freqüentadores. No final do XIX, os teatrinhos e os jogos constituíam as grandes atrações do Largo. Eram tantos que o “excesso” de casas de jogos provocou a reação de personagens da época, que por meio dos jornais faziam circular notas de protesto em relação ao que era considerada uma “ação maléfica e destruidora no meio da

<sup>10</sup> Para Tocantins (2001, p. 75), a palavra rocinha é uma típica criação do paraense e somente foi empregada na cidade, pois no interior o equivalente de rocinha era sítio. A palavra rocinha nominava o todo que formava a pequena propriedade rural: o campo, o pomar, a floresta e, enfim, a casa. No entanto, esta denominação tomou significado mais restrito, mais lírico, mais sensível à idéia bucólica de uma vivenda entre árvores, longe do bulício citadino

sociedade”. D. Macedo Costa, décimo bispo do Pará que assumiu a diocese no ano de 1861, ao ler uma dessas “crônicas” que tratava sobre “representações indecorosas, indecentes e ofensivas ao bom gosto” no espaço do Arraial, que circulavam diariamente nos jornais sendo assinadas por pseudônimos, resolveu suspender os atos religiosos até segunda ordem (MONTARROYOS, 1992, p. 65-68). Tal decisão culminou com um confronto entre leigos e sacerdotes que resultou na realização de dois cirios, 1878 e 1879, sem a presença de sacerdotes (cf, ROCQUE, 1981, p. 63-80; MONTARROYOS, 1992, p. 68).

Uma detalhada descrição do Largo de Nazaré no final do século XIX, é fornecida no romance *Hortêncina* do paraense Marques de Carvalho, escrito em 1888. Neste, um dos personagens centrais da trama, após acompanhar o Círio vestido de “marítimo”, se dirige até o Largo e vivencia a seguinte situação:

*À noite, às 8 horas, [Lourenço] voltou ao largo. Milhares de bicos de gás iluminavam a praça em arcarias dignas de ver-se nos seus bonitos aspectos, com galhardetes e festões inumeráveis, cheia de bandeiras multicores. O sino da pequenina ermida repicava simpaticamente com a voz afinada e alegre. De todos os lados vinham ensurdecedores sons de gaita, realejos,, (sic) bandas de música, fazendo enorme brulhâ, entre alguns milhares de pessoas que iam e vinham continuamente sobre a areia branca do sol. Da parte central da praça, margeando o passeio de macadam<sup>11</sup> (sic), entre os vãos das mangueiras plantadas de espaço e espaço, muitas vendedores de doces, sentadas em frente às suas bandejas, atendiam apressadas aos numerosos compradores. No meio da praça, barraquinhas elevavam-se, nas quais vendiam-se copiosamente as bebidas baratas usuais da plebe. De espaço a espaço, sobrepujando a todo aquele poderoso arruído de sons encontrados, uma voz fina e estridente de mulher atravessava o ar e apregoava: “Eli! açai...i...i...fresqui...i...i...inho!” E no céu, entre flocos de nuvens caprichosas, empastadas como colossais pedaços de algodão, subia a lua nascente, derramando a lividez fantástica da sua claridade por cima das fufalhantes comas das árvores.*

<sup>11</sup> Provavelmente o autor se refere ao macadame, sistema de calçamento de ruas e estradas, que consiste numa camada composta de pequenas peças de granito, basalto etc., misturadas com areia e cimento (cf. Dicionário Aurélio Eletrônico).



*Defronte da ermida, cadeiras<sup>12</sup> perfilavam-se, umas por trás das outras, ocupadas por muitas pessoas que em silêncio, ou conversando baixinho, assistiam a passagem de taciturnos passeantes, cujo rostos e gestos apresentavam a expressão aborrecida de quem ainda a desempenhar a mais repugnante e difícil obrigação. Às vezes bands chegavam da cidade, cheias de gente, que despejavam no coração da festa. Em certos lugares, homens que aparentavam passear sem segundo sentido, desapareciam rapidamente por feios corredores mal iluminados e do fundo dos quais saía o ruído seco da roleta a girar sobre o tapete verde da jogatina descarada. Crianças corriam a todo o momento, num tripúdio de caníto em festa. Mulatinhas cheirosas requebravam-se em sacudidas gargalhadas, ouvindo as declarações amorosas dos seus apaixonados, cujos olhares envolviam-nas concupiscente em fêrvidos desejos a custo reprimidos. Era uma enorme kerneze essencialmente brasileira, onde o convencionalismo da moda tirava toda a cor local e original da espontânea naturalidade (CARVALHO, 1997 (1888), p. 92-93).*

Nas décadas de 1940 e 1950 o espaço do Largo de Nazaré se expandiu a partir da construção de fixos que abrigavam atrações que se ligavam à festividade, notadamente os teatros, responsáveis por trazer a Belém os mais famosos artistas do Brasil (ROCQUE, 1981, p. 141-153). Nesse caso, já se percebe o Círio como evento que induz à aparição de atividades outras, que irão, com o passar do tempo, se agregando à celebração.

Nos anos setenta do século XX, Alves (1980) destaca a expansão do espaço do Arraial para além do Largo, grafando a forma diferente como as pessoas se referiam a esses espaços chamando-os de “cu da festa”, dado a natureza das relações que ocorriam nesses espaços, devido a relativa ausência do controle dos organizadores da celebração nesse local. O autor destaca também uma certa “mentalidade tecnocrata” na gestão do espaço, através da adoção, pela Diretoria da Festa, da “idéia de desenvolvimento”, por meio da exposição de *stands* do Governo do Estado e alugueis de barraca, em vez dos tradicionais leilões, como se fazia anteriormente (p. 75-87).

<sup>12</sup> As cadeiras a que se refere Carvalho pertenceram à extinta na atualidade, Sociedade do Descanso fundada em 1860, que consistia no aluguel de cadeiras para quem desejasse apreciar a movimentação do Largo (MONTARROYOS, 1992, 64).

## Considerações Finais

O espaço do Arraial, como vimos, está ligado à gênese da celebração do Círio de Nazaré, instituído em 1793, como espaço para trocas comerciais. Atualmente este espaço não perdeu sua função de origem, constituiu e constitui, ainda hoje, um lugar de disputa entre leigos e eclesiástico, no que se refere à natureza das relações que nele “podem” acontecer. Assim, as concepções do catolicismo popular e do catolicismo oficial ganham dimensões concretas em espaços como o Arraial de Nazaré.

Com o passar do tempo, houve uma evolução tanto do espaço quanto das relações nas menções que se fazem ao espaço do Largo. Em Almeida Pinto (1906), Vianna (1968) e Rocque (1981) há relatos sobre a celebração no último quartel do século XVIII, em que o espaço desta se restringia, basicamente, à casa de Plácido. No entanto, estes autores já pontuam uma expansão do espaço de devoção através da construção da primeira ermida e da criação do Largo. Posteriormente, as descrições de Bates (1979) retratam o espaço em meados do século XIX, onde já se apresentava demarcado pela existência de “praça gramada” (Largo), “casas” e “mocambos”, no qual a “capela” se destacava como “prédio mais importante”. Montarroyos (1992) mostra o Arraial do último quartel do XIX, onde o que chama a atenção são os jogos e “teatrinhos” que retratam o embate de valores entre o “popular” e o “eclesial”. Carvalho (1997), ainda no final do XIX, de forma romancada fornece uma paisagem animada e, diria eu, atual do Largo, com vendedores, jogos e *bonds*. Alves (1980) comenta sobre o arraial na década de 1970, destacando-o como um lugar de “encontro, circulação de pessoas e comércio dos mais variados”. Mas também o lugar da “burocracia” da “gestão” e do “controle” via organizadores da celebração.

Atualmente o espaço interno do arraial é estruturado de forma a permitir que pelas suas laterais se concentrem as barracas de comida e bebida, e no centro fiquem expostos os brinquedos do parque de diversões. O espaço externo ao Arraial, na verdade uma extensão deste, estende-se pelas avenidas Quartoze de Março, Generalíssimo Deodoro, avenida Nazaré e Gentil Bittencourt, formando uma espécie de invólucro do Arraial “oficial”. Nestes se realizam vendas de todos os tipos, principalmente, de comidas e de bebidas. A ação de controle da Diretoria da Festa é menos presente nesses espaços, o que possibilita a ocorrência de relações que no espaço interno do Arraial seriam tolidas,

como a constância de pequenos furtos, assaltos, brigas entre gangues e prostituição. Pode-se dizer que estes espaços sejam atualmente o que foi apontado para Isidoro Alves na década de 1970, durante sua pesquisa, como “cu da festa”.

Em outubro de 2005, por ocasião da pesquisa para a minha dissertação<sup>15</sup>, visitei o espaço do Arraial muitas vezes. Certa ocasião, sentei-me em um bar próximo a avenida Gentil Bittencourt, mas ainda “dentro” do Arraial, onde se concentram muitos bares e pequenos restaurantes. Era uma quinta-feira e as pessoas aproveitavam a noite para encontrarem-se no parque, o espaço estava alegre e movimentado, todos os bares estavam, como costumamos dizer, “lotados”. Nessas ocasiões eu sempre voltava a pensar na “kermesse essencialmente brasileira” referida por Carvalho e na possibilidade de se encontrar, ao mesmo tempo, no espaço do arraial, aquelas relações tão típicas do catolicismo popular e do catolicismo oficial.

## REFERÊNCIAS

---

ALMEIDA PINTO, A. R. O bispado no Para. *In: Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo V. Belém, 1906.

ALVES, I. **O Carnaval Devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré em Belém. Petrópolis, 1980.

BATES, H W. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1979.

CARVALHO, M. de. **Hortência**. Belém: CENTUR/SECULT, 1989.

MAUÉS, R. H. **Padres, Pajés, Santos e Festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém: CEJUP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Uma Outra “Invenção” da Amazônia**: religiões, histórias, identidades. Belém: CEJUP, 1999.

PANTOJA, V. **Negócios Sagrados**: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré. Dissertação de Mestrado. Belém: PPGCS/IFCH/UFPA, 2006.

---

<sup>15</sup> Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré em Belém apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- PPGCS em março de 2006.

ROCQUE, C. **História do Círio e da Festa de Nazaré**. Belém: Mitograph, 1981.

MONTARROYOS, H. **Festas Profanas Alegrias Rruuidosas**. Belém: Falângola, 1992.

TOCANTINS. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Manaus: Valer edições/Governo do Estado do Amazonas, 2000.

VIANNA, A. **Festas Populares do Pará**. Anais da Biblioteca e arquivo público do Pará. Tomo III. Belém, 1968.